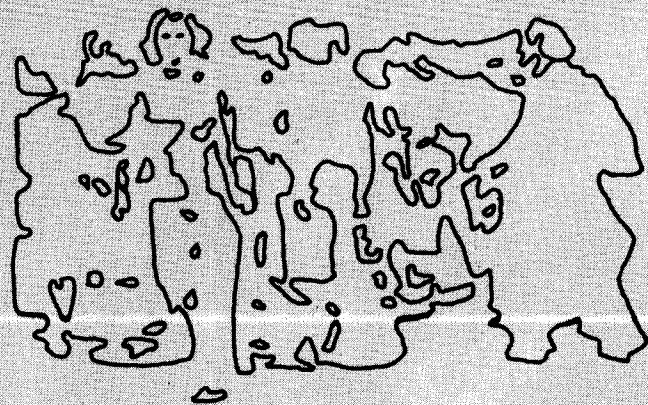


# resenhas





## world development report, 1984\*

WORLD BANK. World Development Report, 1984. New York, Oxford University Press, published for the World Bank, 1984, pp. xii + 320.

Paulo Paiva \*\*  
José Alberto Magno de Carvalho \*\*

### 1. INTRODUÇÃO

O Banco Mundial publica anualmente seu Relatório, analisando a evolução da economia mundial, além de um tema específico relevante, normalmente relacionado com os países em desenvolvimento. O Relatório de 1984 focaliza o crescimento demográfico. Dada a importância do tema, e a contribuição desse trabalho do Banco Mundial ao conhecimento e à discussão acerca do impacto do crescimento populacional sobre as possibilidades de crescimento das economias em desenvolvimento, julgamos oportuno apresentar uma avaliação crítica do Relatório neste particular.

O Relatório é dividido em duas partes. A primeira parte é dedicada à avaliação bastante detalhada do desempenho da economia mundial no passado recente e das perspectivas para os próximos 10 anos (1985-1995). A segunda parte cuida das causas e conseqüências do crescimento rápido da população,

---

\* O presente texto foge do formato indicado para resenhas. No entanto, considerando-se a oportunidade de trazer ao público uma avaliação crítica sobre um livro que contém dados e interpretações sobre a população brasileira discutíveis, e dado o difícil acesso ao WORLD DEVELOPMENT REPORT, 1984 em nosso meio, optou-se por esse formato, mais extenso e documentado, cuja oportunidade é bastante evidente. (N. do E.)

\*\* Professores e pesquisadores do Departamento de Ciências Econômicas e do CEDEPLAR da Universidade Federal de Minas Gerais.

suas inter-relações com o desenvolvimento e às razões da redução no crescimento populacional de alguns países em desenvolvimento. O estudo é bastante cuidadoso no reconhecimento da complexidade do tema e da dificuldade de se estabelecer nexos de causalidade.

Podemos identificar duas razões que, na perspectiva dos autores, fazem a junção das duas partes. Uma, a interpretação de que a recessão mundial já está superada e os responsáveis pela ação governamental e os empresários podem então voltar a se preocuparem com questões de mais longo prazo. Nessa perspectiva, a dinâmica populacional passa a ter um papel relevante, tanto como parâmetro para balizar o crescimento econômico, quanto como resultante do processo e do estilo de desenvolvimento.

Outra, o pressuposto de que tanto o desempenho da economia mundial, como teria ocorrido nos últimos 15 anos, quanto as tendências demográficas dos países em desenvolvimento, são altamente sensíveis aos efeitos das políticas públicas (econômicas, demográficas, etc.). Dessa maneira, a utilização diferenciada dos instrumentos de política teria sido responsável por respostas diferentes ao processo de ajustamento econômico e, também, pelos diferentes ritmos de queda de fecundidade nos países em desenvolvimento. Dentro dessa lógica, o uso correto desses instrumentos, no futuro, irá contribuir para um resultado mais favorável em termos de taxa de crescimento do produto interno bruto e da renda per capita.

Nossa análise crítica do Relatório se compõe de quatro seções, além desta introdução. Na seção 2 avaliamos a primeira parte do Relatório que cuida do crescimento econômico; na seção 3 analisamos os principais argumentos relativos ao impacto do rápido crescimento populacional sobre o crescimento econômico; na seção 4 avaliamos, em particular, a visão do Relatório sobre o caso brasileiro e na seção 5 apresentamos nossas conclusões.

## 2. A RECESSÃO ECONÔMICA E AS BASES DE SUA RECUPERAÇÃO

Examinando a década de setenta e o início dos anos oitenta, quando a economia internacional sofreu os choques do aumento dos preços do petróleo (73/74 e 79/80) e do aumento das taxas de juros (79), o Relatório identifica dois subperíodos recessivos: a recessão de 74/75 e a recessão de 81/83. Considerando as taxas médias anuais de crescimento do PIB para o conjunto dos países industrializados e para o conjunto dos países em desenvolvimento (Tabela abaixo) observa-se que:



Tabela 1

Evolução anual média do produto interno bruto dos países industrializados e em desenvolvimento (%)

Países	Anos									
	1973	1974	1975	1976	1979	1980	1981	1982	1983	
Industrializados	6,1	0,8	0,4	4,7 ...	3,3	1,3	1,3	-0,5	2,3	
Em desenvolvimento	7,4	5,9	4,0	6,3 ...	-	2,5	2,4	1,9	1,0	

Fonte: World Development Report, 1984, p.11.

a) a recessão de 74/75 foi menos prolongada do que a de 81/83 e afetou mais profundamente os países industrializados; b) o conjunto dos países em desenvolvimento, que suportou melhor a primeira crise, sofreu mais agudamente os efeitos negativos da segunda recessão; c) relativamente ao período todo, os autores reconhecem que está havendo uma deterioração na performance econômica dos países industrializados. A progressiva deterioração é identificada através das tendências dos indicadores macroeconômicos. Por exemplo, a recuperação da economia dos países industrializados não foi suficiente para proporcionar taxas anuais de crescimento do PIB semelhantes à de 1973. As taxas de desemprego e os índices de preços apresentam uma tendência ascendente ao longo dos ciclos. O Relatório, contudo, não dá a devida ênfase à queda rápida da inflação nos últimos anos, que representou, ao menos no caso dos Estados Unidos, o sucesso da política antiinflacionária, depois de mais de 10 anos de fracasso. Ao contrário, os autores afirmam que não há garantia quanto à reversão da tendência anterior (Página 12).

O Relatório aponta, ainda, a dependência crescente do desempenho das economias em desenvolvimento ao comportamento da economia dos países industrializados. Parece-nos que esta dependência crescente é devida a três processos complementares:

a) a expansão do comércio internacional com a integração dos mercados, através da proliferação de plantas multinacionais nos países em desenvolvimento; b) a consolidação do sistema financeiro internacional, operando principalmente através de instituições privadas e literalmente vinte quatro horas por dia, conforme observa Langoni (1985); c) a integração tecnológica dos processos produtivos, que se dá tanto em razão das necessidades de manutenção da capacidade competitiva dos países em desenvolvimento, quanto pela presença das empresas mu

tinacionais.

Quanto aos determinantes do desempenho das economias industrializadas no passado recente, os autores relativizam o impacto das causas estruturais, como a exaustão da transferência de mão-de-obra dos setores de baixa produtividade para setores de alta produtividade, a expansão e integração do comércio internacional e a equiparação tecnológica conseguida pelo Japão e os países europeus em relação aos Estados Unidos. Não consideram, tampouco, razões estruturalmente mais profundas, como o final de um ciclo longo da acumulação ou o desequilíbrio entre o crescimento dos setores produtivo e financeiro nos países industrializados.

Eles imputam à orientação da política econômica as raízes da desaceleração do crescimento da economia dos países industrializados, especialmente a rigidez no mercado de trabalho, que pressiona para cima os salários reais, e a política de gastos públicos, que ocasionam o aumento crescente do déficit fiscal. A rigidez no mercado de trabalho seria provocada pela presença de sindicatos fortes, que conseguiram, a partir do final dos anos sessenta, firmar contratos de trabalho com ganhos reais superiores à produtividade, a qual, ao contrário, mostrou tendência declinante nos anos setenta.

O aumento dos gastos públicos decorreria, segundo os autores, da expansão nos gastos com educação, saúde e assistência à velhice. Os dados apresentados para o conjunto dos 7 maiores países industrializados indicam um aumento na participação dos gastos públicos no PIB de 23,3%, em 1961, para 40,9%, em 1981 (Página 13). O aumento na participação dos gastos com saúde e assistência à velhice pode decorrer tanto por mudanças na estrutura etária da população, quanto por aumento da cobertura ou expansão dos benefícios. Os autores acreditam que a causa principal do crescimento dos gastos nessa área tenha sido, entre 1960 e 1975, a ampliação da cobertura, e de 1975 e 1981, a melhoria dos benefícios. Desta forma, eles dão importância menor às mudanças demográficas.

Por fim, tanto a elevação dos salários reais quanto a expansão dos gastos públicos seriam os fatores responsáveis pelo aumento simultâneo das taxas de desemprego e de inflação. Esta tese não tem suporte na interpretação de outros autores, que apontam as mudanças demográficas como responsáveis pelo crescente desemprego e, indiretamente, pela ineficiência das políticas monetárias e fiscal no controle da inflação (Wachter & Wachter, 1978).



Relativamente aos países em desenvolvimento, os autores afirmam que o ambiente internacional ficou menos favorável a partir de 1973 e agravou-se depois dos anos 79/80. Eles observam que os determinantes do crescimento dos países em desenvolvimento podem ser classificados em três grupos: a influência do comércio externo, os níveis das taxas de juros e movimentos dos fluxos de capitais, e a orientação das políticas praticadas pelos governos. O Relatório se concentra no terceiro grupo, procurando mostrar como que vários países ao adotarem políticas diferentes sofreram impactos, também diferentes. Eles apresentam quatro alternativas não excludentes de ajustamento à crise externa: ajustamento comercial (expansão das exportações e substituição das importações), aumento da poupança interna (aumento da poupança em relação ao PIB), menos investimentos em relação ao produto e empréstimos externos.

Os países que optaram pela expansão das exportações e aumento da poupança interna, como a Coréia, tiveram um ajustamento mais rápido e com quedas inferiores nas taxas de crescimento do PIB, relativamente àqueles países que optaram pela substituição das importações e se valeram da intensificação de empréstimos externos, como o Brasil.

Os autores tentam sugerir que o caminho mais eficiente de ajustamento é através do realinhamento dos preços relativos, com cortes nos gastos públicos, eliminação de todo tipo de subsídio e estímulos à elevação de poupança interna, e de uma política cambial agressiva que facilite a expansão das exportações. O que esse tipo de raciocínio não é capaz de perceber é que a política anti-inflacionária americana de aperto monetário e expansão fiscal contribui decisivamente para a elevação das taxas de juros (Langoni, 1985) e para o aumento do fluxo internacional de dólares na direção dos Estados Unidos, o que financia o déficit desse país e mantém sob controle sua inflação, com altos custos para os demais países, principalmente aqueles em vias de desenvolvimento.

A deterioração dos termos de troca no final da década passada e o aumento das taxas reais de juros impuseram um pesado ônus às economias dos países em desenvolvimento não-produtores de petróleo. A estratégia de pagamento da dívida externa através do saldo da balança comercial e com taxas de juros flutuantes requer a transferência de um volume de recursos reais que inviabiliza qualquer tentativa de crescimento.

A perspectiva de uma retomada modesta das economias industrializadas é visualizada no Relatório como um processo que trará reflexos positivos sobre os países em desenvolvi-

mento. Parece-nos, contudo, que sem uma mudança profunda na estratégia de pagamento da dívida externa e/ou o retorno das taxas de juros aos seus níveis históricos e sem a capitalização de parte dos juros e a retomada dos fluxos de capitais, as economias em desenvolvimento terão sua recuperação altamente comprometida. Deve-se acrescentar, também, que poderão impedir a retomada sustentada do crescimento das economias em desenvolvimento, a política americana de valorização crescente do dólar e o avanço no protecionismo nas relações comerciais entre nações, tão bem salientado no Relatório do Banco Mundial.

### 3. CRESCIMENTO POPULACIONAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO

A segunda parte do Relatório é dedicada à análise das relações entre crescimento populacional e desenvolvimento. Os autores entendem que os níveis de fecundidade nos países em desenvolvimento são altos e responsáveis por taxas de crescimento populacional superiores a 2,0% ao ano, e que o rápido crescimento populacional retarda (ou torna mais lento) o desenvolvimento. O reconhecimento desses fatos, segundo os autores, poderá ajudar na formulação das respostas às duas questões que eles estabeleceram como centrais (Página 51). a) Deveria haver preocupação pública e ação governamental para reduzir o crescimento populacional? b) Paralelamente aos esforços públicos para reduzir a mortalidade, deveriam os governos procurar reduzir também a fecundidade? Se a resposta for afirmativa, quais as políticas apropriadas para fazê-lo? Em seguida afirmam que a segunda parte do Relatório irá mostrar que quem tem muitos filhos é o pobre com baixo nível de escolaridade, renda baixa e instável e precários serviços de saúde e planejamento familiar. Observam, ainda, que é esse pobre quem mais perde quando o rápido crescimento populacional dificulta o desenvolvimento (Página 51). Se, por um lado, o Relatório retoma a antiga visão de que é necessário se tomar medidas urgentes para conter o crescimento populacional, por outro lado, há um avanço no reconhecimento de que a adoção dessas medidas não necessariamente reduzirá o nível de pobreza nos países em desenvolvimento.

Creemos que a avaliação da argumentação desenvolvida no Relatório deve ser feita à luz da discussão do dilema crescimento versus distribuição. Para tanto, vamos concentrar nossa análise principalmente na apreciação do capítulo 5 do Relatório que cuida das conseqüências econômicas do rápido crescimento populacional.

Os economistas que, no passado, cuidaram do estudo do



crescimento econômico, sempre se preocuparam com o equilíbrio entre recursos e população. Podemos dizer que há uma clara diferença entre aqueles otimistas que consideram o crescimento populacional como fator estimulante do crescimento econômico, quer através da ativação da demanda agregada, quer através do fornecimento abundante de mão-de-obra, quer, ainda, através da indução às mudanças tecnológicas, e aqueles pessimistas que vêem no crescimento populacional um fator inibidor do crescimento econômico, através, principalmente, da redução do nível de poupança, das pressões sobre gastos sociais e de seus efeitos sobre a disponibilidade de recursos. Um aspecto quase sempre negligenciado na discussão refere-se ao conceito de bem estar. Seria apropriado restringi-lo apenas aos indicadores de consumo, como pressupõe o Relatório? Se avaliado pelo padrão de consumo, se aceitaria uma medida expressa em termos de consumo (ou renda) per capita ou um indicador de bem estar total, conforme discute McNicoll (1984)? Outra dificuldade alertada no Relatório refere-se à escolha entre maior consumo no presente e investimentos para aumentar o consumo no futuro? Outra ainda seria a opção entre um aumento da renda per capita ou ganhos mais modestos de renda per capita com uma distribuição mais equitativa. Muito embora o eixo central do Relatório seja a proposição da necessidade do estabelecimento e execução de políticas demográficas nos países em desenvolvimento, essas questões normativas não são discutidas com a profundidade requerida.

Nas relações econômicas, o Relatório se restringe a examinar alguns efeitos macroeconômicos do rápido crescimento populacional em uma análise "pré-kuznetsiana", ou seja, sem levar em consideração o contexto institucional onde elas se dão. É lamentável que as idéias de Kuznets (1965), recentemente lembradas por McNicoll em trabalho originalmente preparado como Background Paper para o Relatório em questão, e citado acima, não tenham sido devidamente aproveitadas.

Desta forma, as relações macroeconômicas foram examinadas pressupondo a alocação eficiente dos recursos, a ausência de demanda reprimida e uma distribuição equitativa de renda.

Vamos considerar em nossa análise, principalmente, dois casos: a taxa de poupança e o nível de emprego.

Quanto à taxa de poupança, é necessário distinguir a poupança doméstica daquela do setor público e da empresarial. O Relatório observa que as duas últimas não parecem estar relacionadas de maneira sistemática às variações no crescimento populacional (Página 82). Relativamente à poupança doméstica,



afirmam os autores que existe uma relação inversa entre essa e o indicador de dependência, vale dizer, quanto maior o número de dependentes (filhos menores, velhos), menor será a taxa de poupança, outras coisas mantidas iguais. O Relatório passa, então, a listar os fatores que têm impedido que esta relação inversa seja comprovada empiricamente: o fato de que a poupança doméstica nos países em desenvolvimento seja feita basicamente pelas poucas famílias ricas, a inexistência de um sistema financeiro bem desenvolvido e a hipótese de que os pais nas famílias pobres vêem nos filhos um tipo de investimento para seu amparo na velhice.

Parece-nos, contudo, que a questão não é exatamente esta. Mesmo superadas as restrições apontadas no Relatório, que impediram a verificação da relação inversa entre taxa de poupança e índice de dependência, nada garantiria que a redução do crescimento populacional elevaria o nível de poupança. Em primeiro lugar, uma parcela considerável da população nesses países está submetida a um regime de subconsumo e seria natural se supor que ocorreria um aumento do consumo para satisfazer demandas reprimidas. Em segundo lugar, e o mais importante, é que os investimentos relevantes para o crescimento dos países em desenvolvimento não derivam da poupança doméstica. São os investimentos do setor público, quer oriundos da receita fiscal, quer de empréstimos, e do setor empresarial, estatal ou privado, que são responsáveis pela sustentação do crescimento econômico. Na América Latina existe ainda outra forma de financiamento do crescimento, que são as transferências de renda provocadas pela inflação, bem no estilo apontado por Lewis.

Poder-se-ia argumentar que a poupança do setor público seria restringida pelo crescimento rápido da população, na medida em que esse exigisse maiores inversões no sistema educacional e nos programas de saúde materno-infantil, em detrimento de investimentos em atividades produtivas. Isto é discutível, na medida em que as demandas sociais não são atendidas. O caso brasileiro é típico, com a redução persistente da participação relativa dos gastos com educação no total dos gastos públicos.

Quanto ao emprego, o Relatório adverte que o crescimento rápido da população economicamente ativa exige um crescimento igualmente rápido do estoque de capital para manter os níveis correntes de produtividade e de capital por trabalhador; além disto contribui para ampliar as desigualdades de renda, pelo aumento da proporção de trabalhadores jovens e inexperientes; e aumenta as várias formas de desemprego (Pá-



ginas 86-87).

Mantida constante a elasticidade do emprego em relação ao produto, crescimento mais rápido da PEA exige a aceleração no crescimento do produto para se manter o nível de emprego. Mesmo reconhecendo as pressões que o crescimento populacional exerce sobre o mercado de trabalho, principalmente nas áreas metropolitanas, não se pode excluir da discussão as restrições impostas pela própria demanda por mão-de-obra. A intensificação no processo diferenciado de mudanças tecnológicas e a segmentação no mercado de trabalho afetam tanto ou mais a capacidade agregada de absorção de mão-de-obra e a distribuição dos rendimentos.

Mais frágeis parecem-nos os argumentos relacionados às pressões do crescimento populacional sobre a produção de alimentos, ao uso de recursos não-renováveis, como dos derivados de petróleo, ao meio-ambiente, etc. Nesses casos, o relevante é conhecer o perfil da distribuição de renda. Alta concentração de renda pode provocar um uso maior de gasolina, por exemplo. A questão ambiental está também relacionada com o rigor (ou ausência) da legislação controlando o nível de poluição das empresas, o ritmo de destruição das florestas, etc.

Finalmente, parece-nos que nesse Relatório os autores deram um passo importante no reconhecimento da complexidade das relações entre crescimento populacional e crescimento econômico e das limitações das políticas demográficas no combate à pobreza. Permanecem, contudo, a interpretação de que são alternativas, de um lado, as políticas sociais e as medidas econômicas para melhorar a distribuição de renda, e, de outro, as políticas demográficas.

Julgamos que a ênfase dada aos efeitos das políticas para promover um melhor e mais rápido ajustamento da economia, no curto prazo, e reduzir o crescimento populacional para possibilitar a manutenção de um crescimento econômico com taxa mais elevada no médio e longo prazos, relativiza, sobremaneira, os determinantes estruturais e institucionais que poderiam estar afetando tanto as possibilidades de crescimento econômico, quanto as tendências populacionais dos países em desenvolvimento. É curioso que ao tratar da economia, as sugestões são mais no sentido da liberdade do mercado (política cambial mais realista, corte de subsídios, eliminação de protecionismo comercial, etc.) e ao tratar da população se reclama uma participação mais efetiva do Estado com políticas que explicitem os objetivos demográficos (155). Seria mais coerente que ao reconhecer as inter-relações entre crescimen

to populacional e pobreza, se eliminasse o antagonismo entre políticas sociais e política demográfica. Em outras palavras, a sugestão da política mais coerente seria de se estabelecer um arsenal de medidas de combate à pobreza, no nível das políticas econômicas e sociais e os serviços de planejamento familiar fossem incluídos de forma complementar, sem objetivo de suprir a ausência de políticas sociais.

#### 4. O CASO BRASILEIRO

Os autores do Relatório, dada sua posição favorável à implantação de políticas demográficas nos países em desenvolvimento, como necessárias à aceleração do declínio da fecundidade, enfrentam um sério problema, ao descrever e analisar o comportamento recente da fecundidade no Brasil.

O próprio documento apresenta estimativas que comprovam o rápido declínio da fecundidade no Brasil e reconhece a inexistência de uma política populacional no país. Ao invés de chamar a atenção para esta grande queda, sem uma política explícita, que deveria ser objeto de estudos aprofundados que certamente lançariam luzes sobre o controvertido tema da eficácia de políticas populacionais nesta área, o Relatório procura comparar o caso brasileiro com os do México e Colômbia, países que adotaram políticas populacionais para reduzir a fecundidade e que também experimentaram forte descenso da natalidade na última década.

O documento apresenta estimativas de queda de fecundidade, entre 1965 e 1982, da ordem de 30% para o Brasil, 31% para o México e 43% para a Colômbia (Tabela 4.1 do Relatório).

O Relatório diz, textualmente, que "entre 1970 e 1980 a fecundidade caiu no México e Colômbia aproximadamente em um terço; em contraste declinou menos de 20% no Brasil, país onde o Governo Federal não se comprometeu com uma política ou programa populacional. Este contraste torna-se ainda mais agudo quando se observa que a renda real per capita quase dobrou no Brasil enquanto aumentou de apenas 50% na Colômbia e no México... Se o Brasil tivesse seguido o mesmo padrão da Colômbia e México, sua taxa de fecundidade total teria caído para 3,0, em torno de 1982, dado o crescimento de sua renda; na realidade (a taxa de fecundidade total) alcançou 3,9. Com uma política populacional não mais vigorosa do que aquela da Colômbia e México durante os anos 70, a fecundidade brasileira poderia ser agora menor em um quarto. A maior parte da diferença seria consequência de uma menor fecundidade entre os pobres, pois seriam eles os mais assistidos por uma política pu



blica". (Página 171).

Julgamos conveniente listar os seguintes comentários:

a) São bem conhecidas as dificuldades de estudos comparativos onde a variável renda per capita seja usada como proxy de estágio de desenvolvimento. Além da discussão imprescindível de como a renda é distribuída, há o problema da dificuldade, principalmente em países subdesenvolvidos, de se estimar a Renda Nacional, agudizado com a necessidade do uso da taxa de câmbio para efeito de comparações internacionais.

O Relatório apresenta as seguintes estimativas de produto per capita, em 1982: Brasil - 2.240 dólares, México - 2.270 e Colômbia - 1.460 dólares. Entre 1960 e 1982 o produto per capita teria aumentado de 4,8% ao ano no Brasil, 3,7% no México e 3,1% na Colômbia (Tabela 1 do Relatório).

Relevando as críticas ao uso da renda per capita sem maiores qualificações, para este tipo de comparação, imediatamente se percebe a fragilidade do uso desta categoria para comprovar a tese dos autores, que se prendem apenas ao crescimento médio anual observado nos três países, não trabalhando com o valor da renda per capita em si. Se assim o fizessem, o caso da Colômbia fortaleceria a tese dos autores, pois com um produto per capita bem inferior ao Brasil, apresentava em 1982 uma TFT de 3,6, comparada com 3,9 no Brasil. Porém, e o caso do México? Em situação semelhante ao Brasil em termos de produto per capita em 1982, apesar de toda a política populacional, teria naquele ano uma TFT bem superior à brasileira, de 4,6 (Tabela 20 do Relatório).

b) No texto do Relatório transcrito acima, há referência a uma queda da fecundidade nos anos 70 abaixo de 20% no Brasil e de um terço nos outros países. Não há no documento referência da fonte destas estimativas. No caso brasileiro, as estimativas de diversos pesquisadores brasileiros, baseados nos dados censitários de 1970 e 1980, apontam para um declínio em torno de 27% entre o final das décadas de 60 e 70. Por outro lado, em trabalho recentemente publicado, Lapham & Mauldin (1984), que apresentam o México e Colômbia como países com fortes programas de planejamento familiar e o Brasil com fraco, fornecem estimativas indicando os seguintes descensos percentuais nas TFTs entre 1965 e 1980: Colômbia-35, México - 22 e Brasil-27.

Se a qualidade das estimativas apresentadas nos dois documentos estiver em correspondência com aquelas referentes ao

Brasil, as de Lapham & Mauldin seriam mais realistas, o que viria, ainda mais, enfraquecer o argumento dos autores do Relatório do Banco Mundial.

c) O Relatório, ao enfatizar, como no texto transcrito acima, o problema do não-acesso às informações e aos métodos anticoncepcionais por parte das camadas mais pobres, quando não há uma política de população, em nenhum momento fez referência ao fato que a maior queda de fecundidade no Brasil na última década se deu dentro do estrato mais pobre da população, como mostram Merrick & Berquó (1983). Esta omissão é tanto mais surpreendente quando se nota que o trabalho destes autores foi publicado nos Estados Unidos, sendo que um outro trabalho de Merrick (s.d.) é listado ao final do Relatório como "background paper".

Antes de terminar, achamos oportuno um último comentário. Há, no Relatório, na parte referente ao Brasil, ênfase no trabalho desenvolvido pela BEMFAM, a nosso ver de modo bem acrítico. No entanto, há um problema factual, que merece algumas observações. Diz o documento que "A Associação Brasileira de Planejamento Familiar (sic) (BEMFAM), uma organização sem fins lucrativos, provê serviços para os pobres. Nos estados pobres do Rio Grande de Norte e Piauí, onde a BEMFAM é ativa, quase 60% das mulheres usam métodos anticoncepcionais. Na Bahia, onde a BEMFAM não está presente, apenas 40% usam anticoncepcionais". Este trecho vem logo após a informação de que no rico Estado de São Paulo 63% das mulheres têm acesso aos métodos anticoncepcionais através da medicina privada e de farmácias.

Cabem as seguintes observações:

a) As informações do texto certamente devem referir-se à prevalência do uso de métodos anticoncepcionais, entre as mulheres casadas, e não entre todas as mulheres.

b) A queda da fecundidade nas classes pobres no Brasil se deu de modo generalizado em todos os estados e não pode ser "creditada" apenas à BEMFAM, como deixa a entender o texto.

c) Os dados sobre prevalência nos três estados do Nordeste são errados, aparentando inclusive distorções. Isto fica claro mediante simples apresentação de estatísticas sobre prevalência do uso de métodos anticoncepcionais entre as mulheres de 15 a 44 anos, provindas de pesquisas desenvolvidas pela própria BEMFAM naquelas Unidades da Federação:



Tabela 2

Porcentagem de mulheres de 15 a 44 anos, com uso de métodos anticoncepcionais.

	Rio Grande do Norte (1980)	Piauí (1979)	Bahia (1980)
Todas as mulheres	28	18,6	19,7
Mulheres casadas	47	30,9	31,1

Fonte: BEMFAM - Pesquisas sobre Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar - Rio Grande do Norte - 1980, Bahia - 1980 e Piauí - 1979 (são três volumes, de autoria de Walter Rodrigues, Leo Morris e outros autores, sendo que estes últimos variam de volume para volume).

Deve-se observar que a assinatura de convênio entre a BEMFAM e o Governo do Piauí se deu apenas em 1978, enquanto que o Programa Comunitário de Planejamento Familiar no Rio Grande do Norte se iniciou em 1973.

Finalizando, é patente que ainda se conhece muito pouco sobre os determinantes da queda da fecundidade no Brasil, assim como sobre o papel exercido pelas diversas instituições, inclusive a BEMFAM. É de se lamentar que um Relatório do Banco Mundial, do qual se presume qualidade acadêmica e que tem amplíssima distribuição, apresente o caso brasileiro de uma maneira acrítica e viesada, em nada contribuindo para a elucidação de tantos pontos obscuros em uma área onde ainda há mais perguntas do que respostas.

## 5. CONCLUSÕES

O Relatório do Banco Mundial de 1984 prevê a possibilidade de recuperação das economias dos países industrializados e em desenvolvimento nos próximos 10 anos, mas em ritmo bem mais lento do que ocorreu no passado.

Em relação aos países em desenvolvimento, cujas populações crescem anualmente a taxas superiores a 2%, o Relatório sugere a necessidade da intervenção governamental através de políticas demográficas visando reduzir tais taxas.

Segundo nossa avaliação, no que se refere às relações en

tre crescimento populacional e crescimento econômico, há um avanço considerável neste Relatório, comparativamente às visões simplistas do passado. Isto é evidenciado pela conclusão de que a redução do crescimento demográfico por si só não será suficiente para eliminar o grau de pobreza dessas regiões. Todavia, mantém-se uma falsa dicotomia analítica no documento: política demográfica é apresentada como alternativa às políticas explicitamente redistributivas.

Nós não entendemos assim. Julgamos ser urgente um redirecionamento na orientação das relações internacionais de maneira a possibilitar o crescimento sustentado das economias em desenvolvimento.

Esse crescimento deve ser conduzido com o objetivo de maximizar a geração de emprego e melhorar a distribuição de renda. Subordinadas a esta orientação, deverão ser implementadas as políticas econômicas e sociais. Para tanto é necessário que haja maior folga nas relações internacionais, tanto pelo crescimento do comércio quanto por uma estratégia de refinanciamento da dívida externa. Através de políticas fiscal, salarial e de riquezas dever-se-á corrigir as distorções na distribuição de rendas. Ao Estado caberá executar uma política de gastos que possibilite a ativação da demanda agregada e um conjunto de políticas sociais visando elevar o nível de bem-estar dos segmentos mais pobres da população. Neste contexto, poderia caber ao Estado fornecer os serviços de planejamento familiar de maneira simétrica: tanto para quem deseja evitar quanto para quem deseja ter filhos.

Lamentamos o descuido do Relatório com as informações sobre o Brasil. Neste país, a queda mais rápida da fecundidade está ocorrendo entre os segmentos mais pobres da população e sem a execução de políticas explícitas de população com abrangência nacional. Ao invés de apenas enfatizar uma queda relativamente lenta da fecundidade, comparativamente a outros países que possuem políticas demográficas, o Relatório deveria ressaltar igualmente a intensificação do processo de transição demográfica que está ocorrendo nos maiores países da América Latina. Na diferença da ênfase está uma atitude narrativa muito clara que orienta as conclusões do Relatório em prol da adoção de políticas demográficas, alternativamente às políticas econômicas e sociais.

Os autores do Relatório perderam uma grande oportunidade para oferecer uma excelente contribuição no sentido de se eliminar finalmente o falso dilema entre a adoção de medidas de política econômica e social visando a elevação do nível de



bem-estar dos segmentos mais pobres da população ou a implantação de políticas demográficas visando elevar a renda per capita através de redução relativa do denominador da relação renda/população.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- KUZNETS, Simon. 1965. Economic growth and structure: selected essays. New York, Norton.
- KUZNETS, Simon. 1966. "Demographic aspects of economic growth". Proceedings of the World Population Conference, Belgrado. New York, United Nations, Vol. 1: 305-314.
- LANGONI, Carlos G. 1985. A crise do desenvolvimento: uma perspectiva para o futuro. Rio de Janeiro, José Olympio Editora.
- LAPHAM, R.J. & Mauldin, W.P. 1984. Family planning program effort and birth rate decline in developing countries. International Family Planning Perspectives, 10(4): 109-118.
- McNICOLL, Geoffrey. 1984. Consequences of rapid population growth: an overview and assessment. Population and Development Review, 10(2): 177-240.
- MERRICK, T.W. s.d. "Recent fertility declines in Brazil, Colombia, and México". (a ser publicado na série World Bank Staff Working Papers).
- MERRICK, T.W. & BERQUÓ, E.S. 1983. The determinants of Brazil's recent rapid decline of fertility. Washington, National Academy Press.
- WACHTER, Michael & WACHTER, Susan. 1978. The fiscal policy dilemma: cyclical swings dominated by supply-side constraints. In: ESPENSHADE, Thomas & SEROW, William (eds.) The economic consequences of slowing population growth. New York, Academic Press.